
O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM AS ALTERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

*Adrian Alvarez Estrada**

*Raquel Angela Speck***

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar dados e informações sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), oficialmente lançado pelo Ministério da Educação, em abril de 2007, assim como identificar em que medida este programa faz uso da concepção gerencialista *na e para* a gestão da educação. Destaca-se o forte viés gerencialista que perpassa os elementos centrais da arquitetura do programa, observável por meio da declaração de seus princípios e pela utilização de conceitos próprios da administração de empresas, como a eficácia, eficiência, *accountability*, responsabilização, planejamento estratégico e qualidade total.

Palavras-chave: *Plano de Desenvolvimento da Educação; Gestão da Educação; Gerencialismo.*

INTRODUÇÃO

A produção científica em educação vem atribuindo lugar de destaque à gestão educacional enquanto objeto de análise¹. Ao buscar compreender seus fundamentos teóricos, o sentido das propostas emanadas dos órgãos oficiais, o modelo de gestão proposto e o quadro de mudanças requerido das escolas, a temática da gestão da educação tem sido cada vez mais recorrente no debate acadêmico, que aponta para o surgimento de uma nova cultura escolar.

Desses estudos observamos que a ênfase nas questões relativas à gestão educacional está inserida em um amplo movimento internacional, desencadeado principalmente a partir dos anos de 1990, que contribuiu para a definição de novos rumos para a organização e a gestão da escola pública. Tal (re)definição foi construída com base em estratégias de descentralização, racionalização, participação da comunidade, autonomia e responsabilização.

Neste artigo pretendemos refletir sobre o tema da gestão educacional, buscando compreender as alterações na organização e na administração escolar. Para isso, julgamos necessário ir além da análise das novas proposições para a gestão educacional em si mesma, mas buscar inseri-las num contexto maior: o das mudanças no mundo do trabalho e da produção.

Essa perspectiva de análise é pertinente, tendo em vista o pressuposto de que a escola é uma instituição social e historicamente construída, não sendo possível compreendê-la desvinculada do contexto de reorganização do capital que, por sua vez, provoca alterações na base produtiva e, portanto, no trabalho do homem.

Procuraremos evidenciar que o novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível – não se restringiu ao âmbito da empresa, sendo que as suas principais características foram incorporadas também pela administração pública, inclusive pela administração escolar.

A fim de imprimir maior visibilidade ao movimento de mudanças para a gestão educacional, optamos por analisar um programa oficial emanado do Ministério da Educação (MEC), denominado de Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), oficialmente lançado em abril de 2007.

Para tanto, inicialmente apresentaremos o PDE tal qual proposto pelo MEC, procurando destacar os seus objetivos, razões, princípios e metodologia para, em seguida, ampliando o foco de análise, apontar que a proposta trazida por tal programa incorpora e expressa as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e da produção.

* *Doutor em Educação pela USP; Professor do Mestrado em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Cascavel. E-mail: adrianalvarez.estrada@gmail.com.*

** *Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel. E-mail: raquelspeck@yaboo.com.br.*

Recebido para publicação em: 05.09.2011

AS BASES DE SUSTENTAÇÃO DO PDE

O PDE foi gerado no âmbito do FUNDESCOLA, que, por sua vez, é cofinanciado pelo Banco Mundial e “vem se constituindo em via de gestão da educação com o firme propósito de disseminar *uma nova perspectiva de administração dos sistemas educacionais*”².

No ano de seu lançamento o PDE já contava com trinta ações contemplando diferentes aspectos da educação, em suas diferentes modalidades. Atualmente existem, em média, 40 ações³ que expressam as metas do Plano e que estão voltadas para uma “educação básica de qualidade”⁴.

Saviani⁵ considera o PDE como “a mais ousada, promissora e também polêmica política educacional formulada pelo MEC, a qual se encontra em pleno processo de execução na atualidade”⁶, e “aparece como um guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC”⁷. O autor destaca que:

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 24 de abril de 2007, teve recepção favorável pela opinião pública e contou com ampla divulgação na imprensa. O aspecto que teria sido o principal responsável pela repercussão positiva se refere à questão da qualidade do ensino: o PDE foi saudado como um plano que, finalmente, estaria disposto a enfrentar esse problema, focando prioritariamente os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país⁸.

O PDE é definido oficialmente como uma “ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho”⁹. Para tanto, incorpora conceitos e práticas entre as quais se destaca a elaboração de diagnóstico, o planejamento estratégico, o trabalho com metas e a avaliação de resultados.

Nesta direção, Oliveira¹⁰ destaca:

O PDE anuncia-se como instrumento que vem auxiliar a escola a se organizar de maneira eficiente e eficaz, com a melhor concentração de esforços e recursos para reverter os altos índices de repetência, o abandono e a má qualidade da aprendizagem. A pretensão deste instrumento de gestão, portanto, consiste em promover mudanças na organização escolar, as quais seriam viabilizadas mediante a elaboração e implementação, pela escola, de um planejamento estratégico¹¹.

Verificando os documentos disponibilizados pelo MEC a respeito do PDE, é possível obter mais informações sobre a configuração do programa.

A principal referência sobre o programa é a publicação *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*¹², que está dividida em três partes: 1. Razões e princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação; 2. O Plano de Desenvolvimento da Educação como programa de ação; 3. O Plano de Desenvolvimento da Educação como horizonte do debate sobre o sistema nacional de educação.

A primeira parte do referido documento apresenta os seis pilares que fundamentam o PDE: i) visão sistêmica da educação, ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social, que “são desdobramentos consequentes de princípios e objetivos

constitucionais, com a finalidade de expressar o enlace necessário entre educação, território e desenvolvimento, de um lado, e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro”¹³.

De maneira breve, apresentaremos a justificativa para cada um dos pilares.

O programa é colocado sob uma *perspectiva sistêmica* (pilar número 1) sob o argumento de que é necessário agir no sentido da “integração dos níveis, etapas e modalidades de ensino”. Ainda, a adoção desta perspectiva é uma tentativa de “superar uma visão fragmentada sobre a educação”, visão fragmentada esta que é responsável pelo surgimento de “falsas oposições” como, por exemplo, a que existe entre a educação básica e o ensino superior, em que “diante da falta de recursos, caberia ao gestor público optar pela primeira”¹⁴. Outras quatro falsas oposições são apontadas: atenção exclusiva ao ensino fundamental em detrimento das demais etapas da educação básica; priorização do ensino médio em contraposição à desvalorização da educação profissional; alfabetização dissociada da educação de jovens e adultos e a oposição entre a educação regular e a educação especial.

Saviani considera o PDE como “a mais ousada, promissora e também polêmica política educacional formulada pelo MEC



O documento informa que “o PDE procura superar essas falsas oposições por meio de uma visão sistêmica da educação”, já que esta, como “processo de socialização e individuação voltado para a autonomia, não pode ser artificialmente segmentada, de acordo com a conveniência administrativa ou fiscal”¹⁵.

A *Territorialidade* é outro pilar do PDE. Em linhas gerais, sustenta-se na busca por respeitar as comunidades em suas particularidades e em seus arranjos étnico-educativos. Isso porque “o enlace entre educação e ordenação territorial é essencial na medida em que é no território que as clivagens culturais e sociais, dadas pela geografia e pela história, se estabelecem e se reproduzem”, e “a razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais”¹⁶.

O objetivo do pilar *Desenvolvimento* é associá-lo à educação de qualidade mediante o estabelecimento de padrões mínimos de aproveitamento e o necessário apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento socioeconômico no país. Justifica-se que o enlace entre educação e desenvolvimento “é essencial na medida

■

*Se a educação é definida,
constitucionalmente, como direito de
todos e dever do Estado e da família,
exige-se considerar necessariamente
a responsabilização, sobretudo da
classe política, e a mobilização da
sociedade*

● ● ●

em que é por meio dele que se visualizam e se constituem as interfaces entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado”, e que “a relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos, potencializando seus efeitos mútuos”¹⁷.

Os pilares *Responsabilização* e *Mobilização Social* referem-se à transparência e à participação da sociedade. Recorre-se ao texto constitucional para justificar e amparar o chamado à participação, feito pelo programa:

Se a educação é definida, constitucionalmente, como direito de todos e dever do Estado e da família, exige-se considerar necessariamente a responsabilização, sobretudo da classe política, e a mobilização da sociedade como dimensões indispensáveis de um plano de desenvolvimento da educação¹⁸.

De acordo com o documento em apreciação, são estes seis pilares que dão sustentação ao PDE e “que perpassam todos os níveis e modalidades educacionais”¹⁹.

Contudo, sendo um “plano executivo”, o mesmo se expressa através de ações concretas²⁰. Inicia-se então a segunda parte do documento, onde é possível perceber que o programa incide sobre quatro grandes áreas do sistema educacional. São elas: a educação básica, a educação superior, a educação profissional-tecnológica e a alfabetização. No decorrer do texto percebe-se a intencionalidade de apresentar esses quatro grandes eixos como uma unidade.

No primeiro eixo, da *educação básica*, há quatro desdobramentos: 1. Formação de professores e piso salarial nacional; 2. Financiamento: salário-educação e Fundeb; 3. Avaliação e responsabilização: o Ideb; 4. Plano de Metas: planejamento e gestão educacional.

No segundo eixo, da *educação superior*, são apresentadas cinco metas: 1. Expansão da oferta de vagas; 2. Garantia da qualidade; 3. Promoção de inclusão social pela educação; 4. Ordenação

territorial para tornar o ensino acessível inclusive nas regiões mais distantes do país, e 5. Desenvolvimento econômico e social.

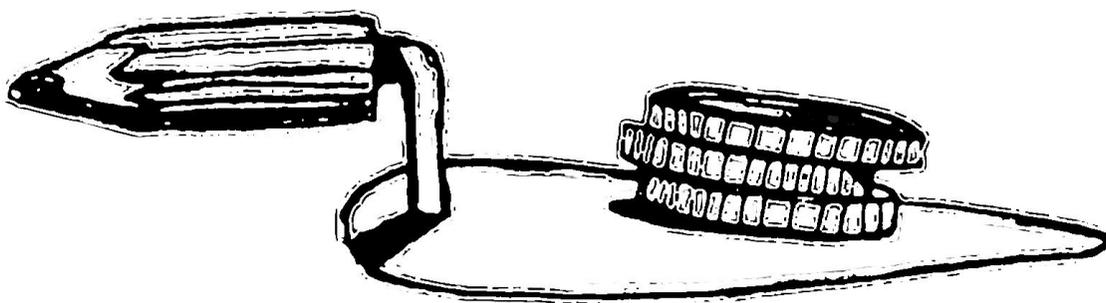
Para o alcance dessas metas são apresentados três projetos: 1. Reestruturação e expansão das universidades federais: Reuni e Pnaes; 2. Democratização do acesso: Prouni e Fies, e 3. Avaliação como base da regulação: Sinaes.

No terceiro eixo, a *educação profissional e tecnológica*, encontramos: 1. Educação profissionalizante e educação científica: o Ifet; 2. Normatização (legislação) e 3. EJA profissionalizante.

No quarto e último eixo, a *alfabetização, educação continuada e diversidade*, apontam-se preocupações do PDE com a população analfabeta ou pouco escolarizada e com as comunidades indígenas, quilombolas e de assentamentos.

Por último, no item *O Plano de Desenvolvimento da Educação como horizonte do debate sobre o sistema nacional de educação*, aponta-se a necessidade de aumentar o percentual do PIB para a educação, melhorando a questão do financiamento para este setor, e ainda de se atribuir maior autonomia às instituições de ensino.





CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA IMPLEMENTAÇÃO E APLICABILIDADE DAS AÇÕES DO PDE

Uma das ideias mais repetidas no documento se refere ao fato de ser o plano elaborado sob uma “visão sistêmica”. É este inclusive o primeiro dos seis princípios apresentados. Contudo, alerta-nos Saviani²¹ para o fato de que:

O MEC acabou por estabelecer uma aproximação da noção de sistema com o “enfoque sistêmico”. No entanto, não podemos perder de vista que a organização dos sistemas nacionais de ensino antecede historicamente em mais de um século ao advento do chamado “enfoque sistêmico”. Portanto, trata-se de coisas distintas. O enfoque sistêmico é um conceito epistemológico que está referido a uma determinada maneira de analisar os fenômenos, mais especificamente ao método estrutural-funcionalista. Portanto, quando aplicado à educação, o referido enfoque diz respeito a um dos possíveis modos de analisar o fenômeno educativo. Em contrapartida, a noção de sistema educacional tem caráter ontológico, pois se refere ao modo como o próprio fenômeno educativo é (ou deve ser) organizado²².

Segundo a concepção do autor, pela sua vinculação com o método estrutural-funcionalista o “enfoque sistêmico” torna-se incompatível com a proclamada missão de superar as dicotomias apontadas pelo documento. Isso porque o “sistema”, assim concebido, torna-se algo mecânico, automático, em que os homens perdem a característica de sujeitos históricos dada a impossibilidade de interferir no mesmo.

No que se refere ao *enfoque sistêmico*, Libâneo, Oliveira e Toschi²³ alertam para o seguinte:

O *enfoque sistêmico*, assim como a *administração eficiente* e a *tecnologia educacional*, está na base do movimento pela qualidade total. A busca da eficiência (economia de recursos), da eficácia (adequação do produto), enfim, da excelência e da qualidade total, para levar o sistema de ensino a corresponder às necessidades do mundo atual, apresenta como solução o enfoque sistêmico (que procura otimizar o todo). Trata-se de usar o procedimento correto-racional, científico. [...] Manifesta-se, desse modo, a tentativa de vincular a educação ao novo paradigma produtivo, na ótica do que se denomina *neotecnicismo*. Há uma volta ao discurso do racionalismo econômico, do gerenciamento/administração privado como modelo para o setor público e do discurso do capital humano (formação de recursos humanos)²⁴.

O enfoque sistêmico, apoiado no discurso do racionalismo econômico e do capital humano, corresponde às exigências do novo paradigma produtivo e procura tornar a educação e o conhecimento essencialmente utilitarista. Nesse intento, aponta para a necessidade de uma nova cultura institucional onde se busque constantemente a qualidade total dos serviços prestados, bem como a adequação dos profissionais às novas necessidades do mercado. Estes precisam redescobrir sua missão e sua identidade. Agregar novos valores aos seus serviços e, principalmente, devem tentar encontrar um novo sentido em sua prática, já que agora o caráter genuinamente pedagógico da prática escolar passa a ser comandado pelo imperativo da eficácia econômica. Dessa forma, “o sistema escolar é forçado a passar do reino dos valores culturais à lógica do valor econômico”²⁵.

No que diz respeito ao financiamento, de acordo com o documento, a substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ampliou o raio de alcance do financiamento para o setor, já que incorporou toda a educação básica. Há que se ressaltar, contudo, que o Fundeb não representou aumento dos recursos financeiros²⁶. Aumentou o número de estudantes atendidos, mas não houve o proporcional e desejável aumento no repasse dos recursos.



*o sistema escolar é forçado a passar
do reino dos valores culturais à
lógica do valor econômico.*

Nesse sentido, as propostas do PDE “não estão amarradas a uma execução orçamentária contínua”, o que faz aumentar o risco de falta de continuidade. De fato, “houve uma expansão que se traduz na rede física (...) mas o PDE na verdade aparece muito mais como uma marca fantasia do que propriamente um articulador de políticas”²⁷.

Mesmo se analisado sob a perspectiva do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que é outro subprograma do PDE e que envia dinheiro diretamente para a unidade escolar, ainda assim não se pode concluir que o objetivo maior proclamado pelo PDE tenha sido alcançado, qual seja, o de resolver o problema da qualidade na educação pública brasileira.

É o que aponta o estudo de Oliveira²⁸, que investigou a implementação do PDDE em uma escola pública do município de

Outro aspecto fundamental para compreender os limites e os problemas do PDE é o de que “ele nasceu como um plano discutido e elaborado não com os movimentos dos educadores, dos trabalhadores em educação, entidades docentes ou estudantis, mas sim com o empresariado brasileiro”

Dourados-MS e concluiu que, para os professores e a direção, a possibilidade de aquisição de materiais didáticos e de consumo é um aspecto tido como positivo e até mesmo compensador para todo o trabalho burocrático envolvido no preenchimento de formulários exigidos pelo MEC. Contudo, o estudo também aponta para o fato de que os índices de reprovação, nesta mesma escola, não foram revertidos, conforme expectativa inicial do programa.

Ademais, existem críticas quanto ao fato de o PDDE ter viabilizado a relação direta dos municípios com o MEC no que tange ao repasse de recursos, segundo o argumento de que isso vem a romper com a lógica do regime de colaboração, previsto na Constituição Federal, já que desconsidera a existência do sistema estadual. A desconsideração do sistema estadual “complica a transição naqueles municípios que compartilham a responsabilidade do ensino fundamental com a rede estadual”²⁹.

Contudo, há ainda outros fatores referentes ao PDE que merecem atenção. Prosseguindo a análise do documento *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*, é possível constatar que o mesmo está, em grande medida, voltado apenas a apresentar as ações que constituem o plano, muito embora se tenha anunciado que o “texto não é uma lista de realizações nem um relatório técnico”³⁰, com poucos indicativos relativos a sua operacionalização e controle. Estruturado em mais de 40 ações e programas, “o PDE consiste em um enorme desafio não apenas para a sua implementação, mas também para o seu monitoramento”³¹.

Além disso, a pluralidade de ações e programas traz consigo uma aparente fragilidade: o PDE está quase que inteiramente baseado em decretos, o que é especialmente problemático tendo em vista que a tradição educacional brasileira se caracteriza pela descontinuidade de programas e políticas públicas.

Para Saviani³², “não deixa de ser bem-vindo esse dinamismo do MEC, multiplicando as ações com as quais se pretende mudar o perfil da educação brasileira”; contudo, alerta o autor para o fato de que é preciso “estar atento para evitar a fragmentação e a dispersão que levariam à perda do foco na questão principal: a melhoria da qualidade da educação básica”³³.

Outro aspecto fundamental para compreender os limites e os problemas do PDE é o de que “ele nasceu como um plano discutido e elaborado não com os movimentos dos educadores, dos trabalhadores em educação, entidades docentes ou estudantis, mas sim com o empresariado brasileiro”³⁴. Em crítica dirigida ao plano, o autor afirma que foi o tão divulgado Compromisso *Todos pela Educação*, lançado em São Paulo por alguns dos maiores grupos empresariais do país, em setembro de 2006, que serviu de base para a elaboração do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007³⁵, o carro-chefe do PDE.

Partindo das reflexões realizadas até o momento, é possível situar o PDE no contexto das reformas educacionais recentes para então buscar compreender o que não está diretamente evidenciado nos documentos oficiais a ele relativos. Neste sentido,

situar as ações do PDE no interior da lógica mais geral que preside a reforma educacional brasileira nas últimas duas décadas exige-nos lembrar de, ao menos, dois fatores essenciais que estão na “ordem do dia” das reformas institucionais tornadas demandas para governos nacionais no atual estágio do modo capitalista de produção. De um lado, cabe ao Estado ser mais *eficiente*, reduzindo gastos, sobretudo com as políticas sociais; de outro, cabe criar condições institucionais (jurídico-políticas) para que o mercado e a iniciativa privada, de um modo geral, organizem as atividades antes comandadas pelo Estado³⁶.

Destacam-se dois aspectos principais: a questão da *eficiência* e o deslocamento das políticas sociais para o mercado. De fato, o PDE utiliza de maneira recorrente a noção de *eficiência*, de *qualidade*, de *resultados*³⁷. Sobre o deslocamento das políticas sociais para o mercado, parece-nos que o *Todos pela Educação* é um bom exemplo de como a iniciativa privada tem se organizado junto ao Estado na proposição de políticas educacionais. É também um bom exemplo de como o Estado tem se afastado gradativamente da responsabilidade de ser o provedor dos bens sociais.

Corroborando, Minto³⁸ assim se posiciona:

Embora o discurso reformista tenha tentado vender a idéia de que, uma vez feito o “saneamento fiscal do Estado”, este poderia investir mais em políticas sociais, o que vem ocorrendo é o oposto disso. Impõe-se assim um outro tipo de política “social” de cunho assistencialista, gerida como atividade privada, que assume um tom de voluntarismo e de caridade³⁹.

As ações comunitárias na esfera social, associadas ao voluntariado, já foram alvo de muitas críticas, visto que tendem a desresponsabilizar o Estado e onerar a sociedade. O mais grave é que, no limite, os direitos sociais passam à responsabilidade da iniciativa privada, onde predominam as leis do mercado. Nesse contexto, aqueles que possuem melhores condições acabam tendo acesso aos melhores serviços, e predominam os interesses particulares sobre os interesses da coletividade.

Laval⁴⁰, a respeito da retirada do Estado do provimento dos bens sociais, afirma que:

A ideologia liberal acompanha, reforça e legitima as diversas formas de desregulamentação, cuja característica geral consiste em deixar no espaço escolar um lugar crescente para os interesses particulares e para os financiamentos privados, quer sejam de empresas ou de indivíduos⁴¹.

A participação do setor privado na elaboração e na implementação de políticas educacionais tem conduzido a significativas alterações não somente no que tange à organização e à gestão da educação, mas também no que diz respeito às suas finalidades. Isso porque “a instituição escolar não encontra mais sua razão de ser na distribuição, o mais igualmente possível, do saber, mas nas lógicas de produtividade e rentabilidade do mundo industrial e mercantil”⁴².

A escola que se delinea lembra cada vez mais uma empresa, com práticas e linguajar próprio, sujeita à lógica econômica e à competitividade, preocupada demasiadamente com seus níveis de produtividade e seus resultados, e cada vez menos voltada



aos seus objetivos pedagógicos. Na realidade, esta é a escola assumindo uma nova função: a função econômica, que de acordo com Laval⁴³ é uma função cada vez mais essencial no quadro do novo capitalismo e que deve ser relacionada com as mutações sociais, políticas e culturais em curso. As mudanças de natureza organizacional e pedagógica da educação estão diretamente relacionadas às determinações econômicas e sociais externas, que a colocam sob o foco de negócio altamente rentável, passível de investimentos.

PLANO DE METAS “COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO”: O PROJETO EDUCACIONAL DOS EMPRESÁRIOS PARA O BRASIL

O Decreto n.º 6.094/2007⁴⁴, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”, é considerado o “carro-chefe” do PDE⁴⁵. A respeito desse decreto, destaca-se o seguinte:

Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais, esse movimento se constituiu, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar-DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros⁴⁶.

É importante destacar que a atuação empresarial na educação não pode ser considerada um fato novo. Isso porque, “ao longo de nossa história, a classe se empenhou para demarcar o seu campo político e traduzir nas leis e em espaços educativos específicos seus interesses e objetivos na educação”⁴⁷. A organização da classe em torno de questões educacionais em tal escala é algo realmente instigador, no sentido de compreender as razões de tal interesse, que objetivos estão sendo buscados, que meios são propostos para tal. Nessa direção, Saviani⁴⁸ nos dá uma pista quando afirma que:

a lógica que embasa a proposta do “Compromisso Todos pela Educação” pode ser traduzida como uma espécie de “pedagogia de resultados”: o governo se equipa com instrumentos de avaliação dos produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste às exigências postas pela demanda das empresas. É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável⁴⁹.

Destaca-se do fragmento que o *Todos pela Educação* procura ajustar o processo educativo às demandas das empresas. Isso se confirma quando analisamos um recente artigo publicado pela empresária Milú Villela e Mozart Neves Ramos⁵⁰, na Folha de São Paulo⁵¹, onde se pode ler o seguinte:

Se, no passado, havia falta de oportunidades de emprego no mercado de trabalho, agora *há falta de gente qualificada* para aproveitá-las. A precariedade do ensino parece ser o grande entrave para o crescimento sustentável do Brasil. Por essa razão, os vários segmentos da sociedade estão cada vez mais engajados na causa educacional. A atmosfera de mobilização nacional em prol da universalização da educação de qualidade vem se fortalecendo a cada dia, desde o surgimento do movimento Todos pela Educação, com o apoio decisivo dos meios de comunicação⁵².

Além de buscar associar os processos formativos às demandas das empresas, observa-se a tendência de fazê-lo na perspectiva da *boa vontade e da filantropia*, para o que Saviani⁵³ considera que:

a tendência dominante entre os empresários de considerar a educação como uma questão de boa vontade e de filantropia, que seria resolvida pelo voluntariado, ficando subjacentes os interesses mais específicos que alimentam o desejo de *ajustar os processos formativos às demandas de mão-de-obra e aos perfis de consumidores postos pelas próprias empresas*⁵⁴.

O *Todos pela Educação* expressa o surgimento de uma nova força política na educação. O movimento político-empresarial em curso no país na atualidade tem objetivos claros e definidos, sendo capaz de influenciar decisivamente na condução das políticas educacionais do país⁵⁵.

Martins⁵⁶, ao analisar o significado histórico-político do *Todos pela Educação*, argumenta que:

No limiar desse século, os intelectuais e as organizações do capital assumiram um papel ainda mais decisivo no processo de estabelecimento de bases políticas e sociais para legitimar a configuração mais recente do capitalismo em nosso país. O desafio assumido por esses sujeitos políticos foi o de assegurar a posição de classe dominante-dirigente e apresentar possíveis “soluções” para os problemas gerados pelas políticas neoliberais. Para tanto, foi necessário reconstruir o padrão de sociabilidade, o que exigiu a atualização de estratégias pré-existentes e a produção de estratégias de novo tipo⁵⁷.

O autor denuncia que há um intenso movimento das forças do capital em produzir uma nova educação política com o objetivo de difundir referências simbólicas e materiais para consolidar um padrão de sociabilidade afinado com as necessidades do capitalismo contemporâneo e produzir uma nova pedagogia da hegemonia. Para ele, iniciativas que visam reduzir a sociedade civil à noção de “terceiro setor”, incentivar às práticas de “voluntariado” e legitimar as empresas como “cidadãs”, ou organismos “socialmente responsáveis”, são exemplos da atuação das forças do capital para produzir a nova sociabilidade⁵⁸.

A educação, enquanto insumo do capital, se torna um campo promissor no que se refere a garantir as condições necessárias à reprodução do capitalismo contemporâneo. Isso se torna possível por meio de diferentes caminhos: desde a modificação dos objetivos da educação enquanto produção do saber até a alteração nas formas de gestão e organização educacional. Nesta direção,

O campo educacional [...] tende a ser cada vez mais apropriado pelo capital como espaço privilegiado para a acumulação, utilizando-se, por isso mesmo, de *mudanças fundamentais em sua estrutura* e condicionando sua relação com o Estado. Assim, a ideologia dominante tende a produzir novos conceitos cujo intuito é legitimar a base social desta nova forma de exploração, escamoteando seus reais fundamentos⁵⁹.

A possibilidade de transformar o conhecimento em insumo produtivo faz com que ambos, governo e empresários, vejam a educação como capaz de alavancar tal transformação. Assim sendo, “há uma convergência geral entre os interesses dos empresários do ensino e dos empresários industriais, que confluem e se materializam [...] nas ações do Poder Executivo”⁶⁰.

Sobre o decreto em apreço, Martins⁶¹ assim se posiciona:

O TPE foi criado [...] por um grupo de intelectuais orgânicos que se reuniram para refletir sobre a realidade educacional brasileira na atual configuração do capitalismo. O grupo verificou que a baixa qualidade da educação brasileira vinha trazendo sérios problemas para a capacidade competitiva do país, comprometendo também o nível de coesão social dos cidadãos. O grupo concluiu que a “*incapacidade*” técnico-política dos governos na realização de políticas educacionais ao longo dos anos havia criado sérios problemas para os interesses do capital. Diante dessas constatações, os empresários criaram o TPE com a missão de mudar o quadro educacional do país, principalmente no que se refere à qualidade da educação⁶².

A educação, enquanto insumo
do capital, se torna um campo
promissor no que se refere a garantir
as condições necessárias à reprodução
do capitalismo contemporâneo.

Se, por um lado, a educação é tida pelos empresários como a alavanca capaz de transformar o país em uma economia competitiva e, por outro, estes mesmos empresários não acreditam na capacidade dos governos em oferecer uma educação de qualidade, ora, resta evidente que estes irão mobilizar-se no sentido de fazer valer seus interesses através de proposições específicas.

Uma vez aprovadas em forma de decreto (Decreto nº 6.094/2007⁶³), essas proposições adquirem força de lei e emprestam ao meio empresarial “a importância de um organismo com capacidade para defender interesses da classe na sociedade civil e intervir na definição de políticas educacionais na aparelhagem de Estado”⁶⁴.

Tais proposições incidem prioritariamente sobre dois aspectos fundamentais (e porque não dizer estratégicos) da educação: a *gestão educacional* e as *práticas pedagógicas*⁶⁵. É nesse contexto que se compreende a criação de ferramentas como o Saeb e a Provinha Brasil (que cumprem a função de medir o desempenho dos alunos) e do Ideb (que cria o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e projeta o “ranqueamento” das escolas de acordo com seus resultados).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O processo relativo à reestruturação produtiva do capital tem provocado modificações institucionais e organizacionais nas relações de produção, com repercussões sobre a gestão do trabalho.

Os estímulos à participação, à eficácia e à qualidade, o trabalho por resultados, a responsabilização, bem como o trabalho por metas e em equipe, a autonomia, a cooperação e a liderança são aspectos tidos como essenciais no quadro de exigências que configuram a fase de acumulação “flexível” do capital.

O campo educacional, cada vez mais apropriado pelo capital, tende a projetar também esses aspectos em sua administração, resultando em propostas que sugerem uma nova cultura institucional, fundamentada em critérios semelhantes àqueles praticados no mundo das empresas. O programa que ora analisamos, o PDE, deixa transparecer essa tendência na medida em que propõe uma administração mais *gerencial, sistemática e profissional* para a educação.

Nota-se que não somente nos setores da economia, mas também no âmbito educacional a ênfase na flexibilidade altera o próprio sentido do trabalho. As propostas que visam alterar a forma de gerir as instituições de ensino conduzem a inevitáveis alterações também nas relações de trabalho no seu interior. Evidência disso é a centralidade atribuída ao gestor educacional (agora gerente, animador de equipe) que, conforme destacamos, torna-se o responsável pela implementação das mudanças requeridas.

Concluimos, portanto, que as mudanças de natureza organizacional e pedagógica da educação estão diretamente relacionadas às determinações econômicas e sociais externas. É possível considerar que o princípio fundamental e o fim último das propostas que visam à configuração de uma nova cultura institucional para as escolas, a exemplo do PDE, seja o de vincular a educação ao paradigma produtivo vigente.

NOTAS

¹ Cf. VIRIATO, Edaguimar Orquiza. Descentralização e desconcentração como estratégia para redefinição do espaço público. In: LIMA, Antônio Bosco de (Org.). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004. p. 39-60; LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luiza M. Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004; NAGEL, Lizia Helena. O Estado Brasileiro e as Políticas Educacionais a partir dos anos oitenta. In: Francis Mary Guimarães Nogueira (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. v. 1. p. 99-122; OLIVEIRA, Sonia Maria Borges de. **Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE: a gestão escolar necessária frente às diretrizes do Banco Mundial**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005; SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000; SANTOS, Fabiano Antonio dos; SHIROMA, Eneida Oto. **Responsabilização e orientação para os resultados: Prioridades do PDE Escola**. **Anais do 1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana de Pedagogia**. Cascavel, Unioeste, 2008.

² OLIVEIRA, *op.cit.* (grifo nosso).

³ Entre algumas das ações do PDE encontram-se: “Brasil Alfabetizado”; “Piso do Magistério”; “Biblioteca na Escola”; “Proinfância”; “Saúde nas escolas”; “Provinha Brasil”; “Olhar Brasil”; “Dinheiro nas Escolas”; “Inclusão digital”; “Gosto de Ler” e “Literatura Para Todos”. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

⁴ BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, [2008].

⁵ SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas: Autores Associados, 2009.

⁶ *Ibid.*

⁷ *Ibid.*, p. 5.

⁸ *Ibid.*, p. 1.

⁹ BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso todos pela educação: passo-a-passo**. Brasília, 2006. p. 20.

¹⁰ OLIVEIRA, *op. cit.*

¹¹ *Ibid.*, p. 2.

¹² BRASIL, [2008], *op. cit.*

¹³ *Ibid.*, p. 11.

¹⁴ *Ibid.*, p. 7.

¹⁵ *Ibid.*, p. 9.

¹⁶ *Ibid.*, p. 6.

¹⁷ *Ibid.*, p. 6-7.

¹⁸ *Ibid.*, p. 11.

¹⁹ *Ibid.*, p. 7.

²⁰ *Ibid.*, p. 15.

²¹ SAVIANI, *op. cit.*

²² *Ibid.*, p. 22.

²³ LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Docência em formação).

²⁴ *Ibid.*, p. 103-104. (grifo do autor).

²⁵ LAVAL, *op.cit.*, p. 301.

²⁶ SAVIANI, *op. cit.*

²⁷ PINTO *apud* GRACIANO, Mariângela. Desafios da conjuntura: avanços e desafios na implementação do PDE. **Observatório da Educação da Ação Educativa**, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 19, 2010.

²⁸ OLIVEIRA, *op. cit.*

²⁹ GRACIANO, Mariângela. Desafios da conjuntura: avanços e desafios na implementação do PDE. **Observatório da Educação da Ação Educativa**, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 5, 2010.

³⁰ BRASIL, 2008, *op. cit.*, p. 15.

³¹ GRACIANO, *op. cit.*, p. 2.

³² SAVIANI, *op. cit.*

³³ *Ibid.*, p. 43.

³⁴ MINTO, Lalo Watanabe. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): centralidade do ensino à distância e esvaziamento do conteúdo nas políticas educacionais recentes**. Campinas: Unicamp, 2009. p. 2. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 14. dez. 2010.

³⁵ BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados,

e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 5, 25 abr. 2007.

³⁶ MINTO, *op. cit.*, p. 2. (grifo do autor).

³⁷ A expressão *qualidade*, por exemplo, é utilizada 30 vezes no documento, que tem 43 páginas. Já a expressão *resultado* pode ser encontrada 12 vezes.

³⁸ MINTO, *op. cit.*, p. 2.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ LAVAL, *op. cit.*

⁴¹ *Ibid.*, p. 109.

⁴² *Ibid.*, p. 44.

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ BRASIL, 2007, *op. cit.*

⁴⁵ SAVIANI, *op. cit.*, p. 5.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 32.

⁴⁷ MARTINS, André Silva. **Todos pela educação**: o projeto educacional de empresários para o Brasil Século XXI. Trabalho apresentado na Reunião da ANPED, 31., 2008, Caxambu. p. 8. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 2 nov. 2010.48 LIBÁNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Docência em formação).

⁴⁸ SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 1253. (grifo nosso).

⁵⁰ É interessante destacar que Milú Villela é membro fundador do movimento “Todos pela Educação”, presidente do Instituto Faça Parte, do Centro de Voluntariado de São Paulo e embaixadora da Boa Vontade da Unesco.

⁵¹ VILLELA, Milú; RAMOS, Mozart Neves. A educação

⁵² *Ibid.* (grifo nosso).

⁵³ SAVIANI, 2007, *op. cit.*

⁵⁴ *Ibid.* (grifo nosso)

⁵⁵ A respeito do assunto é relevante o estudo de José Rodrigues, intitulado “Os Empresários e a Educação Superior”, em que o mesmo analisa as proposições da CNI – Confederação Nacional da Indústria para o Ensino Superior no Brasil, e a forma como as mesmas passam a ser efetivadas como políticas educacionais para o setor.

⁵⁶ MARTINS, *op. cit.*, p.2.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 1.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 2.

⁵⁹ MINTO, Lalo. **Reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado em questão. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 85. (grifo nosso).

⁶⁰ RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 86. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

⁶¹ MARTINS, *op. cit.*

⁶² *Ibid.*, p. 4. (grifo nosso).

⁶³ BRASIL, 2007, *op. cit.*

⁶⁴ MARTINS, *op. cit.*, p. 4.

⁶⁵ BRASIL, 2006, *op. cit.*, p. 1.

ABSTRACT

Adrian Alvarez Estrada; Raquel Angela Speck. Brazil's Plan of Educational Development and how it relates to changes in the world of work

This article presents data and information about the Education Development Plan (EDP), officially launched by the Brazilian Ministry of Education in April 2007, and identifies to what extent this program makes use of managerial conceptions in and about education management. We highlight the strong managerial bias that permeates core elements of this program's architecture, observable in the declaration of its principles and in the use of concepts specific to business administration, such as effectiveness, efficiency, accountability, accountability, strategic planning and total quality.

Keywords: Educational Development Plan; Education Management; Managerialism.

RESUMEN

Adrian Alvarez Estrada; Raquel Angela Speck. El Plan de Desarrollo de la Educación y sus relaciones con las alteraciones en el mundo del trabajo

Este artículo tiene por objetivo presentar datos y informaciones sobre el Plan de Desarrollo de la Educación (PDE), oficialmente lanzado por el Ministerio de la Educación en abril de 2007, bien como, identificar en que medida ese programa hace uso de la concepción gerencialista en y para la gestión de la educación. Se destaca el fuerte bias gerencialista que impregna los elementos centrales de la arquitectura del programa, observable por medio de la declaración de sus principios y por la utilización de conceptos propios de la administración de empresas, como eficacia, eficiencia, accountability, responsabilización, planificación estratégica y calidad total.

Palabras clave: Plan de Desarrollo de la Educación; Gestión de la Educación; Gerencialismo.

